

Uma agenda de reformas para o futuro da Europa



PRIORIDADES DO GRUPO PPE PARA 2014-2019

A União Europeia enfrenta desafios consideráveis após as eleições europeias. Para além dos milhões de desempregados, do aumento dos níveis de migração, da forte concorrência global e das medidas para resolver a crise, existe uma falta de confiança na capacidade dos políticos para apresentarem soluções.

O Grupo PPE no Parlamento Europeu e os respetivos governos implementaram as reformas que permitem à União Europeia ultrapassar a crise imediata. Queremos agora dotar a UE de uma agenda de reformas promissora para o futuro da Europa de forma a cumprir os desafios futuros, melhorar a competitividade europeia com vista à criação de emprego e à promoção do crescimento e reconquistar a confiança dos cidadãos.

A Europa é um continente de valores e de dignidade humana, conforme demonstra a Carta dos Direitos Fundamentais. A UE deve provar que é capaz de defender os seus valores democratas cristãos e o seu modelo social face à concorrência mundial, dando resposta ao desafio demográfico.

Os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade devem ser aplicados de forma estrutural e rigorosa, de modo a decidir se é ou não necessário adotar disposições legislativas ao nível europeu. É necessário ouvir a voz dos parlamentos nacionais a este respeito e tê-la em consideração, de acordo com os protocolos n.º 1 e n.º 2 do Tratado de Lisboa.

Queremos que a próxima Comissão Europeia integre os seguintes objetivos no seu programa de trabalho:

I. Estabilizámos a Europa após a crise. Devemos agora centrar-nos no crescimento e na criação de emprego.

- É necessário aplicar as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Os pacotes de medidas aprovados «Two Pack» e «Six Pack» devem ser plenamente implementados e respeitados. Não podem existir mudanças e concessões por motivações políticas. A responsabilidade de cumprir orçamentos sustentáveis evitará sobrecarregar as gerações futuras com mais dívida.
- O mercado único é o instrumento essencial para melhorar a competitividade da Europa. Deve-se implementar as regras existentes e completar o mercado único para os serviços. Insistimos com a nova Comissão para que apresente propostas legislativas que prossigam a agenda digital como principal prioridade, e preveja um instrumento para a conclusão do mercado digital. Para concretizar o pleno potencial do mercado digital são necessárias normas comuns de proteção de dados e de proteção da propriedade intelectual, assim como propostas para a sua aplicação numa economia global. Precisamos de uma estratégia europeia sólida para promover a segurança na Internet e combater as violações da esfera privada. A Europa tem potencial para se tornar líder mundial no mercado digital.
- É necessária uma reindustrialização da Europa baseada numa estratégia coerente e na respetiva implementação. A Comissão Europeia deve tomar a iniciativa, promovendo a nossa competitividade industrial sem submeter as empresas a uma carga regulamentar excessiva.
- A zona euro deve ser conduzida por um Presidente do Eurogrupo permanente, que deve ser o Comissário para os Assuntos Monetários e desempenhar, para fins de controlo dos orçamentos nacionais no âmbito do Semestre Europeu, uma função semelhante à do Comissário para a Concorrência. O euro é o nosso destino comum. Não queremos que a UE se divida em Estados-Membros com e sem o euro. Para isso, devem utilizar-se as instituições da Comunidade em vez de se criarem novas estruturas burocráticas. Quaisquer instrumentos novos devem garantir que os incentivos e as condições andam a par.
- Exigimos um quadro da UE que permita às empresas investir mais em investigação e desenvolvimento. A inovação é o futuro.
- A Europa precisa de uma política energética comum que seja sustentável, aumente a segurança, a independência e a diversidade das nossas fontes de energia e promova preços da energia competitivos e acessíveis, contribuindo assim para o crescimento e a criação de emprego. Para o conseguir, temos de investir mais na infraestrutura energética transfronteiriça ao nível interno da UE e, especialmente, na sua interconectividade. Tal só será possível através de um mercado comum da energia funcional e assente nos princípios de mercado, bem como da concertação do nosso poder de compra nas negociações com fornecedores de Estados terceiros.
- A UE tem empregado esforços significativos nos últimos anos para combater as alterações climáticas. Precisamos agora de metas climáticas realistas e de uma reforma do Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) que nos permita reduzir as emissões de CO₂ (atingindo as metas estabelecidas) mas mantendo na UE as indústrias que são grandes consumidoras de energia e impedindo-as de relocar empregos no estrangeiro.
- Será colocada especial ênfase na aplicação da União Bancária já acordada, por forma a assegurar a criação de um sistema credível e robusto.
- A Europa deve criar um ambiente favorável às PME, o que inclui disponibilizar as melhores condições financeiras e jurídicas para as empresas em fase de arranque. As empresas e as pequenas empresas devem ter acesso ao crédito com taxas de juro similares e acessíveis. O aumento de capital do BEI em 2013 deve ser utilizado por completo. Além disso, necessitamos de instrumentos financeiros modernos, como o capital de risco, o financiamento coletivo e as obrigações para financiamento de projetos. As PME devem poder aceder mais facilmente aos concursos públicos e ao financiamento a nível nacional e europeu.
- O orçamento da UE para as políticas estruturais é superior a 350 mil milhões de euros até 2020 e constitui um instrumento essencial de investimento, competitividade e solidariedade. Estes

meios financeiros devem ser utilizados de uma forma orientada para o crescimento, tendo simultaneamente em consideração as recomendações específicas por país.

- A revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020 (QFP) permitirá uma maior promoção do investimento, do emprego e do crescimento na Europa. A revisão deverá também preparar o caminho para um novo sistema de recursos próprios, com base no trabalho do Grupo de Alto Nível.
- A Comissão Europeia começou a reduzir a burocracia com as propostas apresentadas pelo Grupo de Alto Nível Stoiber. É necessário implementar o programa REFIT, iniciativa da Comissão Europeia contra a burocracia. Os Estados-Membros devem assumir as suas responsabilidades na redução da burocracia. Este processo deve ser intensificado e prosseguido. É necessário um Painel de Avaliação de Impacto independente que avalie de forma isenta as consequências das normas comunitárias. A implementação da legislação da UE deve ser acompanhada e verificada de modo coerente ao nível europeu. Durante o próximo mandato da Comissão Europeia, para combater a burocracia, um Vice-Presidente deverá ter a seu cargo o controlo da legislação da UE em todas as áreas, avaliando a praticabilidade e a necessidade, coordenando as propostas sobre legislação a ser revogada, simplificada e atualizada.
- A Comissão deve incluir um comissário com a pasta da subsidiariedade e a responsabilidade particular de controlar a aplicação do princípio da subsidiariedade relativamente à legislação da UE nova e existente.
- A Europa deve desenvolver uma estratégia marítima que contribua para o crescimento estratégico.
- A UE deve oferecer mais valor acrescentado à saúde dos seus cidadãos, desenvolvendo medidas preventivas — em particular, promovendo estilos de vida saudáveis e lutando pela segurança alimentar e contra a fraude alimentar. Os ónus financeiros e sociais das doenças não transmissíveis, como o cancro, devem ser reduzidos através de esforços conjuntos, com base em iniciativas existentes bem-sucedidas, como as ações conjuntas EPAAC, CANCON e a Ação para a Equidade.
- A Política Agrícola Comum (PAC) deve ser implementada de uma forma não burocrática, que permita à agricultura europeia tornar-se competitiva e garantir a segurança alimentar a 500 milhões de cidadãos. Os pagamentos baseados na PAC devem centrar-se em manter os empregos e impulsionar as nossas zonas rurais.

II. Transformámos a Europa num espaço comum de liberdade, segurança e justiça. Temos agora que respeitar os nossos valores humanitários e defender a Europa da criminalidade e do terrorismo.

- Para cumprir a nossa responsabilidade humanitária, a UE deve criar um sistema comum de asilo plenamente eficaz e os Estados-Membros devem implementar por completo as normas existentes nessa matéria. A Europa deve oferecer proteção aos refugiados políticos e aos que procuram escapar a guerras civis. A migração legal para o mercado de trabalho é uma competência nacional que respeitamos. Devemos combater os abusos e distinguir entre refugiados e migrantes económicos. Os migrantes económicos que residem ilegalmente na Europa devem regressar aos seus países de origem, independentemente do Direito internacional e do Direito da UE. A UE deve assegurar uma melhor informação sobre a sua política de imigração e os riscos da imigração irregular nos países de origem dos imigrantes, centrando-se simultaneamente numa ajuda humanitária e ao desenvolvimento mais direcionada.
- A próxima Comissão Europeia deve prever um comissário para as questões da migração, de modo a desenvolver uma política comum de asilo e imigração. Os Estados-Membros devem dar prioridade aos cidadãos da UE no mercado de trabalho.
- Queremos tornar as fronteiras da Europa mais seguras, aumentando os recursos financeiros, humanos e técnicos e reforçando o papel e as competências da agência de proteção de fronteiras FRONTEX. Os países pequenos e os países costeiros europeus confrontam-se com desafios muito específicos em questões de migração. Constatamos que existe uma pressão desproporcionada sobre os Estados-Membros e temos de encontrar uma resposta. Precisamos

de responsabilidade e solidariedade entre os Estados-Membros. Queremos pôr fim ao crime organizado e ao tráfico de seres humanos, de modo a evitar as tragédias ao longo da costa europeia. O nosso objetivo é encontrar soluções que ofereçam apoio e solidariedade aos Estados-Membros especialmente afetados pelo aumento da afluência de migrantes, por um lado, e medidas eficazes contra os abusos em matéria de asilo, por outro.

- Não se pode voltar atrás num princípio básico da UE como a liberdade de circulação. Os abusos do princípio da liberdade de circulação devem ser combatidos ao nível nacional e da UE. Queremos simplificar e aumentar a mobilidade da mão de obra da UE. A fraude social e o dumping social não podem ser tolerados. A UE deve rever os critérios de reagrupamento familiar.
- Deveria completar-se o espaço Schengen de modo a incluir todos os Estados-Membros que se candidataram e preenchem os requisitos necessários.
- Precisamos de uma estratégia de promoção da cibersegurança e de combate à cibercriminalidade. A cooperação policial e judiciária entre os Estados-Membros deve ser melhorada, de modo a combater a criminalidade dentro e fora da Internet.
- A luta pelos direitos da mulher, incluindo a diferença salarial e o combate contra a violência de género, deve continuar a ser uma prioridade. Os direitos das crianças devem ser respeitados e devemos assegurar que o seu melhor interesse é defendido por todas as políticas e todos os textos legislativos da UE.
- O combate ao crime organizado, à corrupção e às organizações terroristas — nomeadamente o confisco e o princípio «seguir o dinheiro» — continua a ser prioritário para a UE, tal como a luta contra o tráfico de seres humanos, designadamente a proteção, o apoio e os direitos das vítimas de terrorismo e a preparação de uma Carta Europeia para as Vítimas do Terrorismo.
- O pluralismo dos meios de comunicação social deve ser garantido em todos os Estados-Membros, melhorando a transparência da respetiva propriedade e limitando a influência política.
- A Europa é uma comunidade do Estado de Direito. É por isso que queremos uma avaliação objetiva da independência e do funcionamento dos sistemas de justiça nacionais. A UE respeita a integridade territorial e constitucional dos seus Estados-Membros.
- Os direitos das pessoas que pertencem a minorias nacionais e grupos linguísticos autóctones devem ser garantidos em todos os Estados-Membros. É necessário prestar especial atenção aos direitos da população e diáspora cigana em todos os Estados-Membros.
- Deveria rever-se a Iniciativa de Cidadania Europeia de modo a aumentar a participação dos cidadãos.

III. Queremos manter a sustentabilidade do modelo social num mundo em constante mudança.

- O princípio orientador do Grupo PPE é a economia social de mercado, que reconhece as empresas sociais como veículo para a coesão económica e social em toda a Europa, uma vez que ajudam a construir uma economia social de mercado pluralista e resiliente. Beneficiando das vantagens de uma longa tradição de economia social de mercado, os empresários sociais são também impulsionadores de mudança e criam soluções inovadoras para os principais desafios de hoje.
- As medidas devem ser melhoradas para que seja possível alcançar os objetivos da estratégia Europa 2020 quanto à erradicação da pobreza e ao aumento dos níveis de educação em todas as camadas sociais e todos os grupos etários.
- As linhas de orientação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens devem ser plenamente implementadas. A Comissão deve garantir que os Estados-Membros aplicam e respeitam por completo a Garantia para a Juventude.
- Queremos avaliar o impacto social das futuras propostas de reforma e debater as consequências sociais das políticas, especialmente para as famílias.

- A solidariedade entre gerações é a chave para a paz social sustentável e a resposta às alterações demográficas na Europa. Defendemos o reforço da solidariedade intergeracional.
- Reconhecemos o importante papel dos parceiros sociais.
- Precisamos de redes de proteção social sólidas para os nossos cidadãos, mas recusamos a harmonização dos sistemas de segurança social.
- Queremos combater ativamente a fraude fiscal. Somos contra os paraísos fiscais.
- A Comissão deve concentrar-se em reforçar a dimensão cultural da Europa mediante a proteção da diversidade cultural. A UE e os Estados-Membros devem empenhar-se nos objetivos ambiciosos de mobilidade educacional. A educação é uma responsabilidade nacional, mas queremos focar a dimensão transnacional, por forma a aumentar a compreensão de um contexto europeu e perspetivas educacionais mais abrangentes, abrindo horizontes à reflexão global e compreensão intercultural.
- Solicitamos o fim imediato da ocupação turca do território da República de Chipre e apoiamos plenamente todos os esforços sob a égide da ONU que conduzam a uma resolução sobre a questão cipriota, de acordo com os valores e princípios fundamentais da UE.

IV. A Europa desempenha um papel importante no mundo. Queremos reforçar a dimensão externa da UE.

- Queremos ver uma ação conjunta nas atividades de política externa da UE que reforce o papel global da Europa, baseado nos seus valores fundamentais, como a promoção da democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de Direito. As nossas prioridades incluem a reformulação e o reforço da política de vizinhança, a melhoria da segurança e da defesa, o fortalecimento da política externa sobre segurança energética e a consolidação dos laços transatlânticos.
- Para se fazer ouvir, a UE deve falar a uma só voz. Devemos reforçar o Serviço Europeu para a Ação Externa implementando a revisão intercalar de 2013 e, nomeadamente, reforçando a função política e de coordenação do Alto Representante.
- Devemos continuar a desenvolver e reforçar a parceria transatlântica como principal prioridade da política externa, com base nos valores e interesses comuns que partilhamos, de modo a tornarmo-nos líderes nas questões essenciais da política externa.
- Consideramos que o comércio é um dos elementos principais da política de ação externa da UE. Pretendemos um sistema de comércio global tão aberto e justo quanto possível, de modo a estabelecer ligações políticas e a criar emprego nas indústrias exportadoras europeias. A este respeito, promovemos as negociações em curso em matéria de parceria estratégica e de acordos de associação. Tal inclui, em particular, um acordo de comércio e investimento com os Estados Unidos, que salvaguarda as normas rigorosas de proteção social, do consumidor, do ambiente e de dados, bem como um elevado nível de proteção de investimentos, contribuindo para reforçar a proteção dos cidadãos dos EUA e da UE contra o terrorismo. Destacam-se também acordos com o Japão e outros países asiáticos, o Canadá, a América Latina e o Mediterrâneo.
- Temos de continuar a estabelecer parcerias através da Política Europeia de Vizinhança, com base no conceito «mais por mais», reforçando os processos democráticos e o Estado de Direito. Devemos contribuir para a estabilização destas regiões e aproximá-las da Europa.
- Temos de apoiar a Ucrânia e defender uma solução pacífica para o conflito armado na região leste do país, respeitando a sua integridade territorial. É necessário acompanhar de perto as reformas sociais, económicas e políticas e assinar, o mais brevemente possível, os restantes AA/ACLAAs (acordo de associação/acordo de comércio livre abrangente e aprofundado) com a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia. Devemos trabalhar no sentido de uma rápida liberalização dos vistos, almejando um regime sem vistos.
- Temos de resistir às repetidas tentativas por parte da Rússia de desestabilizar os países da Política Europeia de Vizinhança (PEV), minar a Parceria Oriental e restabelecer a sua influência

sobre as antigas repúblicas soviéticas. São necessárias sanções adequadas contra as ações russas que violam o Direito internacional.

- Os alargamentos têm sido uma das conquistas da União Europeia. Cada país candidato deve ser julgado exclusivamente com base no seu próprio mérito, tendo em atenção o pleno respeito pelos critérios de Copenhaga e a capacidade de integração da UE que deve ser reforçada. Especialmente no que toca aos Balcãs, apoiamos os compromissos de Tessalónica. Nos próximos cinco anos, queremos criar as devidas condições prévias para o alargamento nesta região. Além disso, iniciaremos um debate geral sobre as fronteiras políticas e geográficas da UE.
- No que se refere ao caso especial das negociações por concluir com a Turquia, não existindo uma conclusão satisfatória, estamos determinados a explorar uma parceria privilegiada e reforçada, pelo que já não pretendemos uma adesão plena.
- Devemos aproveitar todas as potencialidades do Tratado de Lisboa em matéria de PCSD (Política Comum de Segurança e Defesa) (por exemplo, a cooperação estruturada permanente), reforçar a indústria de defesa europeia, preparar uma nova estratégia europeia de segurança e um novo modelo flexível e viável de Agrupamentos Táticos da UE, bem como resolver as falhas de capacidade.
- Queremos que a UE e os seus Estados-Membros se mantenham empenhados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, com o fim de erradicar a pobreza extrema até 2030. A UE deve continuar a ser o principal fornecedor de assistência ao desenvolvimento a nível mundial. No entanto, insistimos em tornar essa assistência prioritária para países com índices elevados de boa governação, respeito pelos princípios democráticos e pelos direitos humanos.

A UE deve dar resposta às preocupações manifestadas pelo Reino Unido. O Grupo PPE quer manter o Reino Unido como membro da União Europeia. As liberdades fundamentais da UE não podem ser alteradas. Além disso, o Reino Unido não deve bloquear futuros passos de integração, principalmente no que toca à zona euro.

Queremos mudar a Europa. Queremos melhorar a Europa. A UE deve constituir um lar para os seus cidadãos e não ser considerada uma ameaça. Com esta agenda de reformas, o Grupo PPE assume a liderança no debate sobre o futuro da União Europeia. Somos o coração político da Europa.

(Tradução do original em Inglês)